

Maria Fernanda Dias Mergulhão

**Mestre e Doutora em Direito Civil. Promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro –
MPRJ. Integrante honorária do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB.**

Indenização Integral na Responsabilidade Civil

**SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2015**

© 2014 by Editora Atlas S.A.

Capa: Leandro Rizzo
Projeto gráfico: Leonardo Hermano
Composição: CriFer – Serviços em Textos



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mergulhão, Maria Fernanda Dias
Indenização integral na responsabilidade civil / Maria Fernanda
Dias Mergulhão. — São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-9450-7
ISBN 978-85-224-9462-0 (PDF)

1. Danos (Direito Civil) – Brasil 2. Indenização –
Brasil 3. Responsabilidade (Direito) – Brasil I. Título.

14-10816
CDU-347.426.6(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Danos : Indenizações : Direito civil 347.426.6(81)
1. Brasil : Indenizações : Danos : Direito civil 347.426.6(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução
total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

SUMÁRIO

Introdução, 1

01 Constituições Brasileiras na Dogmática Civil Reparatória, 3

- 1.1 Escorço histórico, 3
- 1.2 Positivção dos Princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Solidariedade, 6
 - 1.2.1 Declaração de Direitos do Homem – conquistas do mundo civilizado, 6
 - 1.2.2 Gênese dos Princípios Fundamentais nas Constituições Brasileiras, 10
- 1.3 Sistema civil codificado anterior à Constituição da República de 1988 e os problemas decorrentes do Princípio da Reparação Integral, 14
- 1.4 Ontologia dos Princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Solidariedade no Sistema Jurídico Brasileiro, 16
- 1.5 Hermenêutica Constitucional e Sistemas de Controle de Constitucionalidade, 21

02 Dano – *An Debeatur*, 24

- 2.1 Dano Patrimonial e Dano Extrapatrimonial. Dano Material e Dano Moral – exatos contornos, 24
- 2.2 Dano Moral e Direito da Personalidade, 31
 - 2.2.1 Direito da Personalidade-Proteção, 31
 - 2.2.2 Princípio da Equidade – histórico e aplicabilidade, 34
 - 2.2.3 Aspectos dogmáticos e legais inerentes à equidade em cotejo com a praxe forense, 46
 - 2.2.4 A fixação do dano moral, 48
- 2.3 Dano Estético, Dano à Imagem e outros danos, 64
 - 2.3.1 Configuração legal-doutrinária, 73
 - 2.3.2 Os riscos da proliferação dos danos, 74

03 Dano – Resultado Lesivo – *Quantum Debeatur*, 78

- 3.1 O *quantum debeatur*, 78
- 3.2 Culpa e dolo na configuração do dever indenizatório, 83
- 3.3 Princípio da Reparação Integral no Direito Civil Brasileiro, 88
- 3.4 Reparação Integral e o Princípio da Equidade no Código Civil de 1916, 91

04 Da Culpa, 96

- 4.1 Posição topográfica da culpa: exame da culpa civil e da culpa penal, 96
- 4.2 Exame da culpa sob a ótica do titular do direito lesado, 99
- 4.3 Problemática da culpa civil na reparação do dano sob a égide do Código Civil de 1916, 100

05 Princípio da Reparação Integral e sua Flexibilização no Código Civil de 2002, 103

- 5.1 O comando normativo do artigo 944, parágrafo único, do Código Civil de 2002, 103
- 5.2 O retorno ao princípio da equidade sob novo fundamento, 112
- 5.3 Análise crítica da culpa em 2002, 117
 - 5.3.1 Legitimidade estatal para a aferição da culpa, 118
 - 5.3.2 Razão fático-jurídica para a redução indenizatória, 119
 - 5.3.3 Implicações concretas da redução do dever indenizatório fundado na culpa, 120
- 5.4 Danos em espécie – *an debeatur* – e o disposto no artigo 944, parágrafo único, do Código Civil, 123
- 5.5 A flexibilização do dano – *quantum debeatur* – na responsabilidade subjetiva e na responsabilidade objetiva, 124

06 Direito Civil-Constitucional: uma realidade, 126

- 6.1 Vigência e aplicação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da solidariedade no dever de reparar o dano – *mens legislatoris*, 126
- 6.2 Desnecessidade do esforço normativo inovador face ao direito civil-constitucional, 130
- 6.3 A imperiosa releitura do artigo 944, e parágrafo único, do Código Civil, 132
 - 6.3.1 A garantia do mínimo existencial, 132
 - 6.3.2 A hermenêutica contemporânea dos Princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Solidariedade no direito civil-constitucional, 139
 - 6.3.3 A influência dos Princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Solidariedade na reparação do dano, 142

07 Conclusões e Propostas de Solução de Conflitos, 145

Referências Bibliográficas, 151